

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 19.03.2026

Agarrar as oportunidades para transformar Macau num local que reúne quadros qualificados internacionais de elevada qualidade

Há dias, durante a cerimónia de posse dos novos órgãos sociais da Associação de Artistas de Macau, as palavras proferidas pelos responsáveis desta Associação causaram em mim uma profunda impressão. Referiram que, ao longo dos anos, esta Associação tem vindo a unir, a identificar e a formar sucessivas gerações de talentos artísticos locais, impulsionando não apenas o desenvolvimento do sector, mas também proporcionando significativos ganhos a muitos artistas, em termos de competências profissionais e progressão na carreira. Este exemplo confirma claramente que o desenvolvimento sustentado da sociedade e a modernização das indústrias são inseparáveis do investimento contínuo por parte de todos os sectores na “formação e adequada utilização de talentos”.

Nos últimos anos, o Governo da RAEM empenhou-se na promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia e planeia constituir, neste ano, um fundo de orientação governamental, para o fomento de indústrias emergentes com impacto efectivo na dinamização da economia de Macau. Os talentos são a força motriz nuclear do desenvolvimento industrial, e este ano marca o início do 15.º Plano Quinquenal do País e do 3.º Plano Quinquenal de Macau. O 15.º Plano Quinquenal do País apoia claramente Hong Kong e Macau na construção de *hubs* de talentos internacionais de destaque. Para agarrar as oportunidades, em articulação com a conjuntura geral do desenvolvimento e com a oportunidade de construção da “Cidade Internacional de Educação (Universitária) Macau e Hengqin”, espera-se que o Governo aumente o investimento de recursos para lançar um “pacote de medidas” para a formação de talentos, e promover a formação e a concentração de mais talentos de alta qualidade nas diversas indústrias de Macau.

Nos últimos anos, tem surgido um fenómeno evidente no mercado de trabalho, isto é: muitos candidatos não conseguem arranjar um emprego no emparelhamento profissional, por falta de competências ou experiência. Considero que é inevitável que os candidatos passem pelo processo de “zero a um”, em que necessitam, sobretudo, de apoio adequado. Neste sentido, tanto o Governo, as empresas e a sociedade, como os próprios candidatos têm responsabilidades indeclináveis. A sociedade deve unir esforços, e os indivíduos também precisam de o fazer, para concretizar a visão de “construir Macau através da formação de talentos”. Tal como destacado no Relatório de Trabalho do Governo, apresentado este ano nas “Duas Sessões” nacionais: “É necessário aprofundar a reforma dos mecanismos e

sistemas de desenvolvimento de talentos, aperfeiçoar o sistema de avaliação orientado para a capacidade de inovação, a qualidade, a eficácia e a contribuição, bem como proporcionar canais fluidos para o intercâmbio de talentos, para os diversos tipos de profissionais competirem pelo crescimento e realizarem plenamente o seu potencial”.

Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem conseguido alguns resultados na promoção do apoio ao emprego e da plataforma de formação profissional, mas, com o avanço da indústria “1 + 4” e os desafios estruturais da queda da taxa de natalidade, no futuro, a mão-de-obra local necessita de elevar plenamente as suas técnicas e profissionalismo. Assim, temos de planear, em várias vertentes, a criação de um “sistema de formação profissional” local aperfeiçoado.

Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões:

1. Criar um sistema de formação profissional “one-stop”. Sugiro ao Governo que crie despesas específicas para a “formação profissional de talentos”, integrando os recursos de todos os serviços públicos, e, tendo em conta os diversos sectores, especialmente os com potencialidades de desenvolvimento e os prioritários, proporcionar-lhes serviços “one-stop” nas “acções de formação antes do ingresso na carreira, certificação profissional e conjugação de emprego”, para garantir a correspondência exacta entre o “hardware” e o “software” de formação e o mercado de emprego.

2. Promover o mecanismo de certificação de qualificações. Há que acelerar a exploração do “banco de créditos” e do “quadro de qualificações”, para que os trabalhadores depositem, de forma flexível, as certificações profissionais obtidas em cursos de curta duração, realizados nos seus tempos livres, numa “conta de créditos”, e elevar o nível académico dos trabalhadores através da conjugação da qualificação com a formação. Há que definir, segundo as necessidades dos sectores, percursos de promoção, para ajudar e promover a mobilidade ascendente dos trabalhadores.

3. Aprofundar a combinação entre a indústria e o ensino, e reforçar os incentivos à obtenção de certificações e à promoção. Sugiro criar certificações profissionais ou vocacionais que respondam às necessidades dos sectores, reforçando os incentivos à obtenção dessas certificações. Importa promover a “combinação entre a indústria e o ensino” e a “formação remunerada”, incentivando as empresas a articular os resultados da certificação com a promoção interna, estimulando assim a motivação dos trabalhadores locais para a valorização contínua.

Por fim, espero que o Governo, ao investir no desenvolvimento industrial, coloque a capacitação de talentos no mesmo nível de importância. Só quando o desenvolvimento industrial permitir que “cada pessoa dê o melhor de si”, assegurando que os locais participem plenamente e partilhem dos frutos do desenvolvimento diversificado, é que se pode alcançar a prosperidade comum da sociedade.